

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2020 DA SECRETARIA DA FAZENDA DO MUNICÍPIO DE OLINDA, REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 2020.


Às dez horas e quarenta minutos do dia vinte e seis de maio de dois mil e vinte, no Plenário da Câmara Municipal de Olinda e através de transmissão on-line, teve início a Audiência Pública sobre a prestação de contas das Metas Fiscais do Município referente ao 1º trimestre de 2020 (1º Relatório Detalhado Quadrimestral - RDQ). **O vereador Jorge Federal assumiu a presidência e declarou aberta a Audiência Pública.** Compareceram presencialmente: Jorge Federal (Vereador e Presidente desta Casa) Edmilson Fernandes (Vereador) e Neto da Beira Rio (Vereador). Compareceram virtualmente: Luciano Ramos Brasileiro (Secretário Executivo da Fazenda), Luciana Lopes (Secretária de Saúde), os Vereadores Denise Almeida, Severino Barbosa – Biai, Graça Fonseca, Professor Marcelo, Mizael Prestanista, João Pé no Chão, Irmão Biá, Ricardo Sousa, Jesuíno Araújo e o Secretário Legislativo Júnior Lyra. O Presidente concedeu a palavra ao Secretário Executivo da Fazenda, Luciano Brasileiro. Luciano iniciou a apresentação de slides comentando a base legal desta audiência pública, que se encontra no art. 9º, §4º da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). **SECRETÁRIO EXECUTIVO DA FAZENDA (LUCIANO BRASILEIRO):** “Boa tarde, presidente Jorge Federal, vereadora Graça Fonseca. A base legal, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101 de 4 de maio de 2000), em particular no seu art. 9º, §4º, que define que até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública, na comissão referida no parágrafo primeiro do artigo 166 da nossa Constituição ou equivalentes nas Casas Legislativas estaduais e municipais. **Despesa Total com Pessoal do Executivo.** Esse primeiro slide mostra os gastos com pessoal sobre a Receita Corrente Líquida (RCL). Período: maio/2019 a 30 de abril de 2020 (RCL = R\$ 611.776.535,94). A LRF estabelece: Limite Máximo = 54% da RCL; Limite Prudencial = 51,30% da RCL e o Limite Legal = 48,60% da RCL. Nesse período de 12 meses, a Despesa com Pessoal de Olinda deu abaixo do Limite Máximo: 51,68%. **Demonstrativo do Montante Aportado ao Fundo de Previdência Social do Município.** Em 2017, a Prefeitura aportou R\$ 47.984.010,25. Em 2018, foi aportado para o fundo financeiro R\$ 56.879.975,12. Em 2019, R\$ 68.423.626,75. Em 2020, a previsão é de se aportar algo em torno de 74 a 76 milhões. Até esse quadrimestre, nós já aportamos R\$ 24.571.202,02. Isso demonstra nossa preocupação e toda vez nós trazemos para esse Plenário essa dificuldade para o Poder Executivo arcar, em termos de aporte, com um fundo deficitário que é o Fundo Financeiro do Município. **Limite de Despesas com Operações de Crédito.** O inciso I, artigo 7º da Resolução 043/2001 do Senado Federal, autoriza os Municípios fazerem financiamento no montante de até 16% da sua RCL. Olinda não tem nenhuma Operação de Crédito. **Limite de Despesas com Antecipação de Receita Orçamentária.** Também poderia, com base no limite legal de 7% do artigo 10º da Resolução 043/2001 do Senado Federal, antecipar de exercício posterior até 7% da Receita prevista para o exercício seguinte. No caso de Olinda, não há nenhuma Antecipação. **Previsão/Realização da Arrecadação (até o 1º trimestre 2020)** Olinda tem como previsão na sua LOA R\$ 769.812.800,00 e até esse 1º trimestre, Olinda aferiu 32, 64% dessa Receita prevista, totalizando R\$ 251.274.164,56. Eu quero trazer um dado do 1º trimestre de 2019. No primeiro trimestre de 2019, Olinda tinha aferido 36,77% da Receita prevista para o ano de 2019. Nesse ano, no primeiro trimestre, a gente só alcançou 32,64%. Em termos percentuais, a gente está 4,13% a menos do que realizamos em termos de Receita no 1º trimestre do ano passado. A que se deve essa Receita menor comparativamente com o exercício fiscal, no primeiro trimestre de 2019? Obviamente a frustração de Receita tem se dado a partir do mês de março, diretamente relacionada com essa pandemia, de forma particular, com a queda da movimentação econômica do Município, o que fluência basicamente em dois grandes tributos: ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) e o

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

*ISS (Imposto sobre Serviços). Receita Prevista/ Realizada (até o 1º quadrimestre). Nesse próximo quadro, a gente estratifica essa receita. Temos as Receitas Tributárias (36,31%), as Contribuições (28, 29%), as Receitas Patrimoniais (12,79%), as Transferências Correntes – FPM/ICMS/IPVA/IPI (36,37%) e Receitas de Capital (0,03%). Nós estamos estratificando as Receitas Próprias (as 3 grandes principais: IPTU, ITBI, ISS). O IPTU, graças a Deus como o vencimento da parcela única se deu no mês de fevereiro, isso fez com que a gente tivesse um recebimento dessa rubrica dentro do previsto. Eu diria mais: comparativamente com 2019, a gente vinha, nos primeiros 3 meses (janeiro, fevereiro e março), com uma melhora considerável na Receita. A gente teve essa desaceleração, essa frustração que começou a se apresentar de forma mais contundente a partir do mês de abril. Mesmo assim, conseguimos fechar o quadrimestre com o IPTU com 45,32% da Receita Prevista para o ano. A gente tinha previsto para 2020 na LOA R\$ 41.545.000,00 e realizamos R\$ 18.827.883,06, o que representa 45,32% de recebimento dessa rubrica de Receita no 1º quadrimestre. Se a gente comparar com 2019, esses 45,32% foram 40,92%, então isso mostra que a gente tinha começado um ano muito bom. Esse ano seria, do ponto de vista de Receita, um ano bastante promissor para a Prefeitura, no caso das Receitas Próprias. ITBI (24,67%) e o ISS (27,95%). As Receitas de Transferências oriundas do Governo Federal, que compõe o **Fundo de Participação dos Municípios**, tínhamos previsto no Orçamento R\$ 79.637.600,00 para o ano de 2019 e realizamos R\$ 26.346.699,80 (33,8%). Cabe aqui destacar que o Governo Federal tem repassado exatamente o montante financeiro que a Prefeitura arrecadou em 2019. Então, o Governo Federal tem garantido que o repasse do FPM se dê no montante exato do que o Município recebeu no ano passado. **ICMS** – Receita Prevista para o ano: R\$ 118.234.400, 00 e realizamos até o momento R\$ 36.403.121,60 (30,79%). Como a gente está falando de um quadrimestre, ou seja, de um terço da Receita Prevista para um ano, então o ideal aí é que tivéssemos 33,33%, ou seja, um terço dessa previsão de arrecadação na LOA tivesse já sido realizada nesse quadrimestre, e aí nós vemos que não conseguimos realizar quase 3% de diferença do ICMS. Se a gente analisar essa receita do ICMS referente aos meses janeiro, fevereiro e março, a gente verifica que, nesses 3 meses, não houve frustração de receita. Logo, a gente só não atingiu os 33,33% porque a frustração se deu no mês de abril, no qual aconteceu uma queda substancial na arrecadação do ICMS, o que trouxe, no quadrimestre, a receita para um percentual inferior aos 33,33%. **IPVA** também precisamos analisar comparativamente com o ano passado. No ano passado, a gente recebeu de IPVA, no primeiro quadrimestre, 83,25%. Financeiramente recebemos R\$ 20.979.000,00. Nesse ano, a gente recebeu R\$ 19.650.191,00 (69,25%). O IPVA, majoritariamente, é arrecadado no primeiro quadrimestre, que é quando se vence a parcela única e as taxas de licenciamento dos veículos automotores. Então, a frustração do IPVA também se deu, se a gente for analisar mês a mês desse quadrimestre, de forma contundente no mês de abril. Todos nós sabemos que as concessionárias estão fechadas e as vendas de veículos novos praticamente chegou a zero no mês de abril. Carros novos não sendo vendidos, não há novas matrículas, conseqüentemente não há novos IPVAS a serem pagos pelos contribuintes e isso impactou de forma considerável nessa receita. **IPI** – Exportação, como todo mundo sabe, é uma receita que não tem grande significação para o Município de Olinda porque Olinda não é um Município exportado. E o FEP, que é uma contribuição sobre uma parcela do royalties do petróleo que vai para os Municípios R\$ 536.269,08 (23,05%). E o **FUNDEB** que, igual ao FPM, a gente alcançou um pouco acima do previsto para o quadrimestre. Nós deveríamos ter aí 33,33% e recebemos 39,36%. Financeiramente, recebemos R\$ 30.650.954,39 dos R\$ 77.871.000,00 previstos. Cabe ressaltar que, quando o Governo Federal acenou para um aumento do FUNDEB, com o aumento do piso do magistério acima de 12%, Olinda de imediato implantou esse piso em dois momentos (uma parte 6,64% no mês de março e os outros 6,64% no mês de abril). A receita da Contribuição de Iluminação Pública, nesse primeiro quadrimestre, foi de 27,67%. **Aplicações Financeiras** (14,86%), elas normalmente se dão em termos percentuais já no final do ano, que ela vai crescendo na medida que principalmente os Fundos são remunerados. Nós temos a aplicação na **EDUCAÇÃO** – o valor*


Fonseca



CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

minimo a ser aplicado seria de 25% (RS 38.068.824,41) e aplicamos RS 27.234.450,78 (17,89%). Isto normalmente acontece no primeiro quadrimestre: uma aplicação inferior aos 33%, tendo em vista que o volume maior de receita se dá exatamente no primeiro quadrimestre, como por exemplo também os tributos como IPTU e IPVA que acontecem num montante maior no primeiro quadrimestre, então a tendência é que esses indicadores de aplicação se deem um pouco menores do que os 25%, mas ao longo dos últimos 2 quadrimestres, principalmente o último, no qual a gente paga o 13º e férias dos professores, a gente supera tranquilamente os 25%. A aplicação na **SAUDE** também tem o mesmo efeito que a aplicação, em termos percentuais, na Educação. Normalmente no primeiro quadrimestre, ela se dá menor do que nos demais quadrimestres, quando ela não só recupera, como supera os 15%, como foi o caso do ano passado, em que superou a casa dos 17%. Nesse ano, a gente espera superar muito mais do os 17% do ano passado. Obviamente, tendo em vista os gastos no combate ao COVID-19. O valor mínimo a ser aplicado, se a gente colocar os 15% sobre a Receita Vinculada no quadrimestre, que foi de RS 152.275.297,63, seria RS 22.841.294,64 centavos. Aplicamos RS 21.255.890,62. Cabe aqui destacar esses 13,96%. Comparando com 2019, fechamos lá com um percentual de 12,18%, ou seja, nesse ano fechamos com 13,96%, quase 2% a mais do que o ano passado em termos percentuais. Por que isso? Obviamente está aí já parte do aumento das despesas com o combate dessa pandemia. E aí é como a gente está falando desse quadrimestre, temos esse aumento de gastos na realidade referente ao mês de abril. Um pouco de medidas que já começaram a ser tomadas do ponto de vista do combate à pandemia no mês de março, mas concretamente o aumento começou a se materializar a partir de abril. **DESPESAS.** Temos por Secretaria, por unidade gestora de gastos. **Procuradoria Geral do Município** aplicou 25% do seu orçamento. **Fazenda e Administração**, como sempre a doutora Maria do Carmo controlando os nossos gastos. A gente poderia ter 33,3% e talvez tivemos um dos menores gastos de todas as demais Secretarias: 20,22%. **Secretaria de Governo:** 22,99%. **Educação, Esportes e Juventude:** 21,58%. **Saúde:** 26,84%. **Cultura, Patrimônio, Turismo e Desenvolvimento Econômico:** 24,08%. **Segurança Urbana:** 26,54%. **Desenvolvimento Social:** 26,52%. **Comunicação:** 30,35%. **Meio Ambiente Urbano e Natural:** 27,72%. **Infraestrutura:** 13,64%. **Transporte e Trânsito:** 30,37%. Se a gente analisar, todas as Secretarias gastaram menos do que 33,33% do seu orçamento nesse primeiro quadrimestre. **Pagamento de Precatórios**, no quadrimestre, pagamos RS 1.811.317,12. Eu costumo trazer esse quadro lembrando que, quando a gestão assumiu, nós tínhamos um atraso com o cumprimento da legislação, que imputava ao Município de Olinda recolher mensalmente 1% da receita para lastrear os precatórios. Em 2017, nós colocamos em dia, pagamos todo o passado que estava em aberto e de lá pra cá, a gente vem mês a mês rigorosamente pagando em dia, de tal sorte que nesse ano, igualmente ao que aconteceu no ano passado, Olinda vai ficar numa situação 'sui generis' com essa despesa, ela vai ficar superavitária, ou seja, contribuindo a mais do que a sua obrigação. Estamos com a ajuda da Procuradoria, isso desde o ano passado, tentando fazer com que o Tribunal entenda, principalmente diante dessa situação que Olinda poderia estar já arcando com esse compromisso todo mês, que mensalmente supera os 450 mil reais. Uma outra informação com relação a pagamentos de precatórios é que a nossa Procuradoria entrou administrativamente, consultivamente, no CNJ para ver a possibilidade da suspensão dessa contribuição. Pronto, são esses números que nós temos para apresentar e estamos agora à disposição dos senhores vereadores." O Presidente Jorge Federal iniciou sua fala: **PRESIDENTE JORGE FEDERAL:** "Agradeço, secretário Luciano. Queria dizer que o relatório que foi encaminhado aqui para a Câmara contém números que não condizem com o que o senhor apresentou aí nas telas. Desde a Receita Corrente Líquida, e aí interferiu em todos outros números, mas aí o senhor poderia mandar esse relatório de acordo com o que foi apresentado e a gente faria a substituição, sem problema nenhum. O que importa é o que o senhor apresentou aqui pra gente." **SECRETÁRIO EXECUTIVO DA FAZENDA (LUCIANO BRASILEIRO):** "Nós já fizemos isso, eu mandei tanto por e-mail como mandei por ofício fisicamente para a Câmara."



CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

PRESIDENTE JORGE FEDERAL: “Estou com o secretário legislativo aqui e se chegou, talvez ele esteja tramitando do protocolo para o departamento, mas isso não obsta a apresentação de Vossa Excelência. Como a Receita Corrente Líquida está diferente, influenciou em todos os outros números, mas a gente aqui entende já que o senhor mandou, não tem problema nenhum, a gente vai registrar na próxima sessão que nós tivermos os dados em mãos concretamente e a gente corrige na ata da próxima sessão esse novo encaminhamento com os valores corretos, sem problema algum. Segundo o secretário legislativo, o slide do secretário Luciano é que está desconforme, mas não tem problema, ele manda o relatório conforme apresentou agora e aí a gente corrige na próxima sessão.”

SECRETÁRIO EXECUTIVO DA FAZENDA (LUCIANO BRASILEIRO): “Eu posso explicar essa diferença. Na realidade, quando nós fechamos a Receita Corrente Líquida, ficou faltando incluir as receitas referentes às retenções, não tinha dado tempo ainda de nós processarmos. Quando a gente fechou as retenções oriundas principalmente dos fundos, aí deu uma diferença a mais nessa receita e aí achávamos que era a nossa obrigação apresentar as informações fidedignas, aquelas que vão alimentar não só o Portal da Transparência, como também vão ser encaminhadas para todos os órgãos de controle externo. E fizemos isso, protocolamos, encaminhamos fisicamente e por e-mail, antes mesmo dessa apresentação.” O Presidente Jorge Federal concedeu a palavra à vereadora Graça Fonseca. Graça elogiou a atuação da secretária Maria do Carmo frente à Secretaria de Fazenda e Administração. Ela criticou o alto percentual de gastos públicos da Secretaria de Comunicação, a qual afirma não ser tão relevante em comparação a outras Secretarias como Transporte e Trânsito. O Presidente Jorge Federal concedeu a palavra ao vereador Professor Marcelo. Ele elogiou a gestão da Secretaria da Fazenda e Comunicação, da Secretaria de Saúde e do Poder Executivo como um todo. O Presidente Jorge Federal concedeu a palavra ao vereador Edmilson Fernandes. Edmilson parabenizou a prestação de contas realizada pelo secretário Luciano. Ele evidenciou as ações da Secretaria de Saúde nos bairros de Olinda, que vem realizando ações de distribuição de kit de limpeza, de higiene, de máscaras. Criticou o comportamento de algumas pessoas de não utilizarem máscaras e promoverem aglomerações. O Presidente Jorge Federal concedeu a palavra ao vereador Neto da Beira Rio. Neto agradeceu pelo trabalho que vem sendo realizado pelo Poder Executivo Municipal, sobretudo a Secretaria de Saúde. O Presidente Jorge Federal concedeu a palavra ao vereador Ricardo Sousa. Ricardo afirmou que se deve ter cuidado com os gastos públicos realizados através das dispensas de licitação em razão da pandemia do coronavírus e que ele irá fazer posteriormente um detalhamento dessas despesas. Criticou gastos públicos elevados com mídias e propagandas quando na verdade, segundo ele, esse dinheiro deveria ser redirecionado ao combate do coronavírus. Revelou que diariamente não encontrava as barreiras de trânsito que seriam utilizadas no rodízio de veículos para evitar a proliferação do vírus. O Presidente Jorge Federal concedeu a palavra ao vereador Severino Barbosa – Biaí. Biaí afirmou que o Poder Executivo Municipal está totalmente comprometido com a responsabilidade administrativa e financeira e que as despesas estão sendo realizadas de acordo com as necessidades. Defendeu a necessidade de se fazer comunicação com carros de sons, panfletagens no combate ao coronavírus. Falou que, apesar de estarmos com um isolamento muito maior do que o de outras cidades, a população ainda não entendeu o tamanho dessa pandemia. O Presidente Jorge Federal concedeu a palavra ao vereador Jesuíno Araújo. Jesuíno elogiou o trabalho competente e transparente que vem sendo desempenhado pela Prefeitura de Olinda e pela Secretaria da Fazenda e Administração. O Presidente Jorge Federal concedeu a palavra ao vereador Mizael Prestanista. Mizael parabenizou o Governo do Estado, os Prefeitos e os meios de comunicação pelo pedido que fazem para as pessoas ficarem em casa. O Presidente Jorge Federal concedeu a palavra ao vereador Neto da Beira Rio. Neto questionou sobre o pagamento das pessoas que trabalharam no carnaval. O Presidente Jorge Federal concedeu a palavra ao vereador Luciano Brasileiro. **SECRETÁRIO EXECUTIVO DA FAZENDA (LUCIANO BRASILEIRO):** “Primeiro, quero agradecer às palavras de todos os vereadores a respeito do nosso trabalho do nosso trabalho a frente da Secretaria Executiva da Fazenda e também



CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

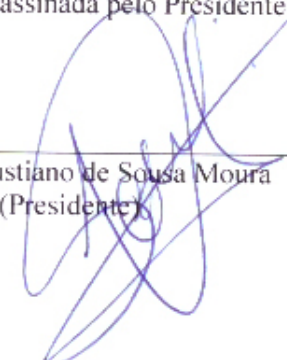
às palavras de elogio ao trabalho da nossa secretária de Fazenda e Administração, Maria do Carmo. Segundo lugar, com relação às despesas na Secretaria de Comunicação. Eu teria 3 pontos para informar aos senhores. 1) Em termos de valor absoluto, a Secretaria de Comunicação é quem tem o menor orçamento, vocês podem ver no relatório que a Secretaria de Comunicação só tem R\$ 3.754.000,00 de orçamento e a outra secretaria que menos tem é quase o dobro dela, que é a Secretaria de Governo com R\$ 7.000.017,00. E em termos absolutos também, a despesa realizada foi a menor de todas as Secretarias: R\$ 1.291.685,17. 2) A natureza desses gastos de comunicação. Historicamente esses gastos são majoritariamente executados no primeiro quadrimestre, tendo em vista o carnaval ou, na parte desse orçamento, tem lá “Ações de Publicidade face ao carnaval de Olinda” e todo mundo sabe que o Carnaval é o principal evento de natureza cultural e que desencadeia uma série de ações na área de comunicação. E tendo em vista essas campanhas de conscientização que a gente iniciou já logo após o carnaval, quando começou a se falar do vírus se disseminando no Brasil e sempre apoiando os decretos estaduais. Diante de cada decreto estadual, a Secretaria de Comunicação prepara uma campanha de conscientização e isso tem feito, por exemplo, como a imprensa divulgou nessa semana maciçamente que Olinda conseguiu, em termos percentuais, o maior índice de quarentena da população. E isso se deu, sem sombra de dúvidas, graças às campanhas de conscientização, todas elaboradas pela Secretaria de Comunicação. E por último, com relação ao carnaval, desde que terminou o carnaval, todo o processo concretizado chega na Fazenda e tem direcionamento pra pagamento, a gente não retém pagamento. Principalmente aqueles pagamentos oriundos da Fonte 90, que é a fonte para essas ações culturais que é suportada pelos patrocínios. Então, não há nenhuma retenção de processo. Agora, todo mundo sabe que boa parcela dos artistas tem dificuldade, dado o alto nível de informalização, de prestar contas, de entregar a documentação, e isso leva realmente um tempo para processarmos, mas não é verdade que Olinda está retendo pagamento, não está liberando esses pagamentos. Os processos todos, na medida em que vão tendo suas liquidações fiscais, ou seja, seus empenhos vão sendo liquidados, nós encaminhamos de imediato para a programação financeira e como consequência disso efetivamos os pagamentos.” O Presidente Jorge Federal concedeu a palavra à vereadora Graça Fonseca. Graça disse que ficou satisfeita com a explicação dos gastos na Secretaria de Comunicação. Ela questionou se existe outra fonte de pagamento aos artistas que trabalharam no carnaval, afirmando existirem entidades culturais que têm toda documentação regularizada e que até hoje não receberam seu pagamento. **SECRETÁRIO EXECUTIVO DA FAZENDA (LUCIANO BRASILEIRO):** “Existe sim. Na realidade. O carnaval de Olinda sempre teve 3 fontes. A principal é a Fonte 90, que é a suportada pelos patrocínios. A gente tem também a fonte da Empetur, nessa fonte a gente não fez nenhum pagamento porque normalmente é a que tem um processo mais tardio, a gente precisa de que esse recurso entre e ele não entrou ainda. Quando entrar, ele entra em duas parcelas. No ano passado, a Empetur passou a segunda parcela no último dia útil do ano, significa dizer que todos os credores que prestaram serviço no carnaval e que foram empenhados nessa fonte, todos sem exceção vieram a receber sua segunda parcela só nesse ano. E temos também a Fonte 101, que é aquela que dá cobertura a algumas subvenções. Essa a gente tem uma maior dificuldade, mas estamos pagando de forma regular. No caso específico da agremiação que a senhora falou, se a senhora puder me passar os dados dessa agremiação, eu posso levantar e lhe dar um retorno do que está havendo, se tem algum problema com o processo, algum problema documental, qual é a fonte que essa organização cultural está incluída.” A vereadora Graça Fonseca revelou estar preocupada com a situação dos artistas em geral, criticando que a comunicação dos órgãos competentes municipais não está sendo transparente. Sugeriu que a Prefeitura informasse aos credores o porquê do não pagamento, em que fonte se situam ou se é uma questão de documentação. O vereador Neto da Beira Rio perguntou o porquê de o Governo do Estado estar fazendo articulações para pagar o pessoal do Recife e questionou se o secretário da pasta poderia fazer isso também para adiantar o pagamento em Olinda, tendo em vista a pandemia do coronavírus. **SECRETÁRIO EXECUTIVO DA**



CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

FAZENDA (LUCIANO BRASILEIRO): *“Vereador, essa articulação é feita normalmente. Por diversas vezes, nosso secretário de Cultura tem procurado resolver esses problemas. Essas articulações são rotineiras, a gente faz. Não é uma dificuldade particular do nosso Estado, essa dificuldade alcança todos os entes, porém o maior problema é o burocrático. Nessa área cultural temos uma dificuldade enorme de, principalmente no caso da Empetur que é um convênio, de levantar de forma regular toda a documentação, prestar contas, aí tem prazos e tudo mais e isso sempre atrapalha o processo. Por exemplo, o processo de 2020 da Empetur depende do resultado da prestação de contas do processo de 2019. E aí tem todos os prazos legais. Eu fico imaginando o Governo do Estado receber prestação de contas de todos esses Municípios que foram contemplados com essas ações culturais e retornar para poder retornar pra poder iniciar um novo processo, no nosso caso, o processo de 2020.”* O Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a Audiência Pública. Horário de encerramento: doze horas e vinte minutos. E como mais nada constou, lavrou-se a presente ata que será assinada pelo Presidente e pela Secretária.



Jorge Salustiano de Sousa Moura
(Presidente)



Maria das Graças Barbosa Morais Fonseca
(Secretária)